

ANPUH – REDEFINIÇÕES DO PODER CORONELÍSTICO NA DÉCADA DE 50: O CASO
CHICO HERÁCLIO.

AUTOR: MÁRCIO ANANIAS FERREIRA VILELA – UFPE E-MAIL:
ANANIASVILELA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A figura dos Coronéis na História do Brasil, como mandatários regionais, remonta ao período Imperial. Mas há uma unanimidade entre os autores em relacionar seu crescimento e poder, durante a primeira República, associados às questões eleitorais, trazidos pelo novo sistema representativo.

Os acontecimentos de 15 de novembro acabaram fornecendo aos chefes locais um compromisso com a República, mais conhecido como política dos governadores.¹ Desse modo, o coronelismo faz parte de uma máquina política que se firma no Brasil durante a República Velha.

A partir dos acontecimentos dos anos 30 o coronelismo teria entrado num vertiginoso declínio dando lugar a novas políticas nacionais. Porém, a nossa análise é tentar encontrar redefinições do poder coronelístico na década de 50. Acreditamos que, apesar das mudanças sucessivas que passou a República, poderemos encontrar arrumações que garantam a permanência e a interferência do coronel na política estadual.

Atualmente obras consagradas como a do Victor Nunes Leal – “Coronelismo, Enxada e Voto” – apresentam aspectos gerais sobre o assunto levando o próprio autor a reconhecer que o coronelismo envolve diferenças locais com diversas variações no tempo e no espaço, sendo necessário analisar tais particularidades.²

Diante da existência do poder coronelístico e de suas redefinições é possível encontrar a figura do Coronel na década de 50, presente no interior pernambucano, sobretudo em Limoeiro, acrescido de algumas cidades circunscritas. Isto é notório quando analisamos alguns periódicos e constatamos a força e o prestígio do Coronel presente em inúmeras reportagens e entrevistas.

O presente trabalho procurará, sobretudo, mostrar como o coronel Chico Heráclio – objeto do nosso estudo – inserido nas mudanças capitalistas, consegue garantir um grande número de eleitores sob seu domínio em locais onde a maior parte da população já se encontra inserida na urbanização, e como se relaciona com as forças estaduais diante das inúmeras alterações da Lei Eleitoral no Brasil República.

Durante a redemocratização o processo eleitoral brasileiro adquire uma nova configuração dentre as inúmeras ocorridas na história do voto no Brasil. Essas mudanças refletem a reorganização das forças políticas estaduais e locais, principalmente com a ampliação do eleitorado e a tentativa de evitar um processo eleitoral fraudulento e viciado.

Todas essas mudanças determinarão a relação que os coronéis, e em particular Chico Heráclio, passam a exercer diante do eleitorado. Um dado interessante é o constante uso do termo *povo*, explicitando sempre uma intensa preocupação entre suas ações políticas e o bem está da população local.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO CORONELISMO

A partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, se estabelece a discussão em torno da autonomia municipal, fato confirmado pela constituição de 1891 que não efetivou a autonomia necessária aos municípios e delegou aos estados o direito à regulamentação jurídica dos seus municípios. Com isso, a Nova República outorgou aos estados a possibilidade de intervenção nos municípios tornando-os altamente dependentes em relação às forças estaduais.³

Assim, o coronelismo é um dos ingredientes necessários aos estados, e estes ao poder central. “O presidente da República assegurava a continuidade da política estadual, em troca de apoio incondicional à política federal, nos Estados; as oligarquias, progressivamente fortalecidas através das garantias de continuidade, passaram a fornecer carta branca aos coronéis que se manifestavam mais fortes no município”⁴.

Para entender a força política, e não raras vezes o poderio econômico de alguns coronéis durante a República, teremos que analisar o nosso passado colonial. O quase total abandono do estado metropolitano, associado à pouca pressão administrativa – salvo em alguns períodos e em determinadas regiões – fez crescer e desenvolver o mandonismo no Brasil. Porém, é durante o Império que surge a figura do coronel, quase sempre relacionada à grande propriedade rural.

Mas foi em 1831, com a criação da Guarda Nacional objetivando substituir as milícias coloniais, que surge a figura do coronel cujo poder abrange determinados municípios ou mesmo regiões. No início estava associada a um comando efetivo reconhecido pela Regência para a proteção das instituições. Posteriormente essas patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro, o que não significa grandes mudanças, pois o poder econômico com certas exceções, estava atrelado à posse da terra⁵.

Durante a República Velha esse mandonismo adquire a forma do coronelismo assumindo o controle eleitoral firmado no compromisso com a oligarquia estadual. Dispondo de prestígios os coronéis irão compor a política nacional numa estrutura que se concebe de baixo para cima, através da política dos governadores.

O coronel, em geral atrelado à posse da grande propriedade rural, torna-se fundamental ao novo regime, isso porque a maior parte da população brasileira nesse momento está firmada no

campo. Não seria difícil entender o controle exercido sobre seus dependentes, sobretudo do voto, obtido pelo respeito e veneração à figura do coronel, ou pela violência.

O coronel não se limita a controlar o chamado voto de cabresto, não poucas vezes com o uso da coerção, mas incorpora as frágeis instituições municipais, na sua maioria carentes de recursos devido à baixa tributação no município. Isso leva o coronel a assumir o controle dessas instituições devido à tênue presença do poder público.⁶

O coronel acabou assumindo um elo de ligação entre o município carente da ajuda financeira e o estado; e pelo compromisso firmado o estado socorre o coronel em troca de milhares de votos aos candidatos do governo. Assim, definiu-se a força política dos coronéis durante os primeiros anos da nossa república.

AS REDEFINIÇÕES DO PODER CORONELÍSTICO

Apesar do grande valor da tese de Victor Nunes Leal visualizando o coronel durante a Primeira República são ainda necessárias novas pesquisas, principalmente se considerarmos o surgimento nas décadas seguintes de novas redefinições do poder coronelístico.⁷ Isso explica a necessidade de estudos restritos a determinados municípios buscando redefinições que podem ser, posteriormente, elevadas a um nível mais amplo. Nesse sentido concentraremos nossos estudos ao município de Limoeiro na década de 50 onde vamos encontrar a figura do coronel Chico Heráclio do Rêgo.

Limoeiro não escapa à generalização das formas capitalistas diante das modificações que se verificam nas economias nacional e regional; temos, conseqüentemente, mudanças no sistema coronelístico, que se modifica e adquire outras formas de dominação local.

O coronel assumiu na República Velha o controle do voto nos seus municípios pela já conhecida política dos governadores. Sua importância é denunciada pelo crescente número de eleitores durante esse período atingindo um percentual de 57% nas eleições de 1930, contrastando com os 2,7% das eleições de 1898.⁸

Mas é a partir de 1945, com o retorno do sistema representativo, que a justiça eleitoral faz do eleitorado elemento de importância crucial. “A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral, com o número de votantes cativos”.⁹

A importância do voto a partir de 45 (redemocratização), bem como o aumento no número de votantes, tem uma explicação lógica. A história do voto no Brasil a partir desse momento é modificada pela Lei Agamenon (nome do Ministro da Justiça e responsável pela redação do novo decreto). Vejamos o diz a essa lei: “A Lei Agamenon, além de ampliar a obrigatoriedade do

alistamento e do voto para todas as mulheres, estabeleceu multas (entre 100 e 1000 cruzeiros) para quem não se alistasse ou não comparecesse para votar”.¹⁰

Desse modo, o controle do voto pelo coronel Chico Heráclio neste momento torna-se algo essencial a sua manutenção de chefe político dominante, como bem podemos analisar: “Depois se aproximou Mecenas, um dos homens encarregados de fazer o alistamento. Prestou contas ao “coronel” e este nos afirmou que já dispunha de mais de dez mil votos. Quer chegar aos onze mil, só em Limoeiro, para demais assegurar pelo menos oito mil a seu partido, isso sem contar os outros municípios”¹¹

É importante lembrar que as novas relações trazidas pelo capitalismo acabam provocando modificações no controle do voto, impondo novas modalidades como a compra em dinheiro denunciada pelo Coronel quando afirma: “Em Carpina, um dia desses, rasgaram todos os retratos do “coronel” pregados nas paredes. Perguntamos ao Zuserano das Varjadas como encarava isso. E ele explica que seus adversários espalharam o boato de que por traz das fotografias havia novas de duzentos cruzeiros:

– Mas isso é truque – acrescenta. – Eles queriam era rasgar meus retratos. Mas não tem nada não...”¹²

O poder político associado ao número de votos que cada coronel dispunha deu margens a inúmeras fraudes no processo eleitoral. Apesar de não existirem mais eleições à Bico de Pena, no entanto, facilmente poderiam ser corrompidas. Em Pernambuco, no ano de 1956, podemos observar esse processo fraudulento. “O governo federal havia recentemente feito uma revisão das listas eleitorais. Como resultado disso, Pernambuco perdera 200.000 eleitores registrados (frequentemente nomes de mortos), utilizados pelos chefes do PSD para assegurar a vitória dos candidatos do governo”.¹³

É justamente a partir do momento de crescimento do eleitorado brasileiro que aumenta progressivamente a importância do cabo eleitoral, homem de confiança do coronel e que serve de intermediário às bases mais distantes do centro político. A violência observada na coerção, sobretudo durante a República Velha, não raras vezes, foi utilizada na década de 50 contra eleitores considerados traidores. O discurso utilizado revela a violência praticada dentre as inúmeras sofridas por quem ousasse trair o compromisso firmado:

“– Nada. Somente não deixava que eles votassem. Depois, mandava-os embora”.

Um parente do “coronel” esclareceu:

– É; amarrava-se o sujeito no pé de uma mesa e se lhe dava do melhor. Às 6 horas da noite, quando não podia mais votar, a gente o soltava e mandava ir embora. O tratamento era o melhor possível; nada de violência”.¹⁴

A utilização da violência para aqueles denominados traidores (número cada vez maior principalmente a partir de 1945 com o aumento dos partidos políticos), mostra a ineficiência dos órgãos públicos ou pelo menos a sua cumplicidade com os chefes políticos dominantes. Mesmo tentando camuflar tal violência cometida, o discurso denuncia a brutalidade praticada livremente sem grandes implicações.

A violência nesse momento não fica restrita aos eleitores mas é comum nos pleitos municipais; as disputas ultrapassaram o campo ideológico levando o confronto direto entre dois ou mais coronéis numa mesma região ou município.¹⁵

Ainda na década de 50 podemos constatar inúmeros conflitos com essa dimensão, o próprio Coronel Chico Heráclio do Rêgo refere-se a inúmeros episódios conflituosos dentre os quais podemos destacar: “... em Limoeiro não tivemos uma eleição, mas uma guerra fria, uma batalha de vida e morte, com tomadas de trincheiras e baioneta calada. Basta imaginar um sargento como Jesus Jardim, feito delegado, com a promessa de ser promovido a major se vencesse as eleições...”.¹⁶ Apesar da constante afirmação de que não é um homem violento, o Coronel em uma entrevista à Revista Manchete afirma: “Nunca matei ninguém. Tudo o que dizem aí é conversa. Também não tenho capangas. Tenho amigos incondicionais que matam e morrem por mim”.¹⁷

Porém, o jogo político não é só violência para o coronel Chico Heráclio. Quando indagado por um repórter que pergunta sobre como se faz uma eleição, não esconde: “Eu e mais alguns amigos damos transporte aos eleitores. Mando um boi para cada seção eleitoral e, às vezes, mando cachaça para depois das eleições. Não admito fiscal de nenhum partido. Eleição em Limoeiro tem que ser feita por mim. Sempre fiz e nunca me dei mal. Outro dia fui ver uma seção no fim do dia. Encontrei um baile danado na sala. Chamei o cabra de minha confiança que eu mandara controlar o pleito. Pois o homem também estava dançando e quando me viu gritou logo: coronel tô dançando mas a urna tá aqui, debaixo do braço”.¹⁸

Uma outra característica do poder coronelístico nos anos 50 e praticada visivelmente pelo coronel Chico Heráclio é observada quando se inicia o pleito eleitoral levando a uma maior aproximação e identificação com os seus eleitores¹⁹. Como poderemos observar, esse aspecto se assemelha a práticas populistas, usadas no Brasil em períodos anteriores. “Não esqueça de que sempre o meu intuito é de melhorar a sorte dos que nada – ou quase nada – possuem. Talvez daí venha a razão do meu elevado coeficiente eleitoral. Trato o eleitor pobre melhor do que aquele que goza de qualquer privilégio, além do direito de ver o sol nascer e morrer”.²⁰

Dentre as várias definições que permeiam o termo populismo, entendemos como práticas populistas uma fórmula política onde o povo é tido e considerado como termo constante e é incorporado como depositário de valores positivos, específicos e permanente.²¹

ANPUH – REDEFINIÇÕES DO PODER CORONELÍSTICO NA DÉCADA DE 50: O CASO
CHICO HERÁCLIO.

AUTOR: MÁRCIO ANANIAS FERREIRA VILELA – UFPE E-MAIL:
ANANIASVILELA@HOTMAIL.COM

INTRODUÇÃO

A figura dos Coronéis na História do Brasil, como mandatários regionais, remonta ao período Imperial. Mas há uma unanimidade entre os autores em relacionar seu crescimento e poder, durante a primeira República, associados às questões eleitorais, trazidos pelo novo sistema representativo.

Os acontecimentos de 15 de novembro acabaram fornecendo aos chefes locais um compromisso com a República, mais conhecido como política dos governadores.¹ Desse modo, o coronelismo faz parte de uma máquina política que se firma no Brasil durante a República Velha.

A partir dos acontecimentos dos anos 30 o coronelismo teria entrado num vertiginoso declínio dando lugar a novas políticas nacionais. Porém, a nossa análise é tentar encontrar redefinições do poder coronelístico na década de 50. Acreditamos que, apesar das mudanças sucessivas que passou a República, poderemos encontrar arrumações que garantam a permanência e a interferência do coronel na política estadual.

Atualmente obras consagradas como a do Victor Nunes Leal – “Coronelismo, Enxada e Voto” – apresentam aspectos gerais sobre o assunto levando o próprio autor a reconhecer que o coronelismo envolve diferenças locais com diversas variações no tempo e no espaço, sendo necessário analisar tais particularidades.²

Diante da existência do poder coronelístico e de suas redefinições é possível encontrar a figura do Coronel na década de 50, presente no interior pernambucano, sobretudo em Limoeiro, acrescido de algumas cidades circunscritas. Isto é notório quando analisamos alguns periódicos e constatamos a força e o prestígio do Coronel presente em inúmeras reportagens e entrevistas.

O presente trabalho procurará, sobretudo, mostrar como o coronel Chico Heráclio – objeto do nosso estudo – inserido nas mudanças capitalistas, consegue garantir um grande número de eleitores sob seu domínio em locais onde a maior parte da população já se encontra inserida na urbanização, e como se relaciona com as forças estaduais diante das inúmeras alterações da Lei Eleitoral no Brasil República.

Durante a redemocratização o processo eleitoral brasileiro adquire uma nova configuração dentre as inúmeras ocorridas na história do voto no Brasil. Essas mudanças refletem a reorganização das forças políticas estaduais e locais, principalmente com a ampliação do eleitorado e a tentativa de evitar um processo eleitoral fraudulento e viciado.

Não seria estranho se adentrássemos às décadas seguintes e encontrássemos novas redefinições desse poder através de inúmeras famílias que ainda mantêm grandes influências em determinados municípios do interior pernambucano. Assim, podemos encontrar a terceira geração – Heráclio do Rêgo – presente na política de alguns municípios, além das esferas estadual e federal.

NOTAS

¹ JANOTTI, M. de Lourdes Mônico. Coronelismo: uma política de compromisso. São Paulo-SP: Brasiliense, 1981, p. 37

² LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 39-40

³ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo- SP: Globo, 2001, p. 626

⁴ DANTAS Iberê. Coronelismo e Dominação. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 21

⁵ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 13

⁶ Idem

⁷ SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Universidade Federal de Pernambuco, p. 17-18

⁸ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo- SP: Globo, 2001, p. 621

⁹ DANTAS, Ibarê. Coronelismo e dominação. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 32

¹⁰ NICOLAU, Jairo Marconi. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 37-55

¹¹ Jornal Diário da Noite, 21 de abril de 1950. p. 04

¹² Idem

¹³ PAGE, Joseph A. A Revolução Que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972, p. 69-82

¹⁴ Jornal Diário da Noite, 22 de abril de 1952. p. 02

¹⁵ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 68-69

¹⁶ Jornal Diário da Noite, 17 de julho de 1957. p. 04

¹⁷ Revista Manchete. Nº. 65 - Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953. p. 52-53

¹⁸ Idem

¹⁹ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo- SP: Globo, 2001, p. 635

²⁰ Jornal Diário da Noite, 24 de janeiro de 1950. p. 04

²¹ BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Vol. 2, 1999, p. 980-986

²² Jornal Diário da Noite, 23 de janeiro de 1950. p. 02

²³ SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Dos Velhos aos Novos Coronéis. Universidade Federal de Pernambuco, p. 109-121